

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação

A S3 Caceis atua na prestação de serviços de administração de fundos de investimento, na custódia de títulos e valores mobiliários, na distribuição de fundos de investimento, na administração de carteiras de cliente, na representação de clientes não residentes e outros serviços correlatos.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R\$190 milhões, correspondente a R\$109.409,20 por lote de mil ações e rentabilidade de 15,11% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 12,28% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.310 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram R\$1.633 milhões, destacando-se R\$1.079 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total atingiu R\$233 milhões e está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R\$160 milhões e Passivos Fiscais no montante de R\$82 milhões.

Evento Sociário

Em 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, deixou de fazer parte do conglomerado Prudencial Santander.

Outros assuntos

A S3 Caceis, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Auditoria Independente

A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Conselho de Administração.

A S3 Caceis informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de março de 2025.
O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		1.632.801	1.467.886
Disponibilidades	4	1.450	2.863
Instrumentos Financeiros		1.150.125	943.228
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.079.325	941.617
Títulos e Valores Mobiliários	6	70.800	1.611
Outros Ativos	8	62.194	51.078
Ativos Fiscais	7.a	23.463	24.362
Correntes		9.204	10.202
Diferidos		14.259	14.160
Imobilizado de Uso	9	316	489
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.623 (1.307)	1.622 (1.133)
Intangível	10	395.253	445.866
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		696.953 (624.755)	667.591 (544.780)
Total do Ativo		1.632.801	1.467.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	840.313	44.434	223.048	172	1.107.967
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	11
Lucro Líquido	-	-	-	-	178.274
Destinações:					
Reserva Legal	14.c	8.914	-	-	(8.914)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(76.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	46.680	-	(46.680)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	46.680	-	(46.680)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	840.313	53.348	316.408	183	1.210.252
Mutações no Exercício	-	8.914	93.360	11	102.285
Saldos em 31 de dezembro de 2023	840.313	53.348	316.408	183	1.210.252
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	433
Lucro Líquido	-	-	-	-	190.372
Destinações:					
Reserva Legal	14.c	9.519	-	-	(9.519)
Dividendos	-	-	-	-	(10.000)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(81.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	44.676	-	(44.676)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	44.677	-	(44.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	840.313	62.867	405.761	616	1.309.557
Mutações no Exercício	-	9.519	89.353	433	99.305
Saldos em 30 de junho de 2024	840.313	56.696	380.029	18	1.277.056
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	598
Lucro Líquido	-	-	-	-	123.403
Destinações:					
Reserva Legal	14.c	6.171	-	-	(6.171)
Dividendos	-	-	-	-	(10.000)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(81.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	12.866	-	(12.866)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	12.866	-	(12.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	840.313	62.867	405.761	616	1.309.557
Mutações no Semestre	-	6.171	25.732	598	32.501

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					

1. Contexto Operacional

A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A S3 Caceis avaliou e não são esperados impactos contábeis relevantes provenientes da aplicação da Resolução BCB nº 352/2023 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para associação da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.m).

O Conselho de Administração autoriza a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de março de 2025.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Rendas a Receber

As rendas a receber são demonstradas pelo seu valor líquido de provisões para perdas, fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

e) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

g) Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor. Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).

Os gastos de aquisição de logotipos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda de ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

- Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

J) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

K) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

m) Estimativas Contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 21.

o) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

p) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	1.450	2.863	379
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	791.034	681.024	131.222
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	791.034	681.024	131.222
Total	792.484	683.887	131.601

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para fins de composição dos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total
2024	73	44	117
2025	73	44	117
2026	73	44	117
2027	73	44	117
2028	73	44	117
2029 a 2033	365	218	583
Total	730	438	1.168

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	292.279	274.051	292.279	274.051
Participações no Lucro	(16.689)	(13.322)	(16.689)	(13.322)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	(110.236)	(104.292)	(110.236)	(104.292)
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(11.844)	(12.334)	(11.844)	(12.334)
Juros sobre o Capital Próprio	32.600	30.400	32.600	30.400
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	4.082	5.063	4.082	5.063
Demaís Ajustes	180	(1.292)	180	(1.292)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(85.218)	(82.455)	(85.218)	(82.455)

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Despesa com PIS	(2.771)	(2.540)	(2.771)	(2.540)
Despesa com Cofins	(17.051)	(15.630)	(17.051)	(15.630)
Despesa com ISS	(17.916)	(17.515)	(17.916)	(17.515)
Outras	(195)	(457)	(195)	(457)
Total	(37.933)	(36.142)	(37.933)	(36.142)

8. Outros Ativos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto	Residual	Bruto	Residual
Administração de Fundos de Investimentos	21.862	23.691	21.862	23.691
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	19.785	10.505	19.785	10.505
Outras Rendas a Receber	2.070	1.683	2.070	1.683
(-) Provisões para Perdas	(880)	(304)	(880)	(304)
Para Interposição de Recursos Fiscais	940	1.981	940	1.981
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	485	500	485	500
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	13.286	9.682	13.286	9.682
Adiantamentos e Antecipações Salariais	206	309	206	309
Plano de Benefícios a Funcionários	2.919	1.921	2.919	1.921
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	524	219	524	219
Devedores Diversos - País	609	196	609	196
Despesas Antecipadas	344	638	344	638
Outros	44	57	44	57
Total	62.194	51.078	62.194	51.078
Circulante	46.960	38.662	46.960	38.662
Não-Circulante	15.234	12.416	15.234	12.416

9. Imobilizado de Uso

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Sistemas de Processamento de Dados	202	(202)	202	(202)
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(842)	223	1.065
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	356	(263)	93	355
Total	1.623	(1.307)	316	1.622

10. Intangível

a) Composição

Vida Útil (em anos)	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização	Custo	Amortização
Agio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio (1)	10	323.055	(301.518)	21.537
Outros Ativos Intangíveis	696.953	(323.237)	373.716	667.591
Logiciais	Até 5	253.331	(87.970)	165.361
Relacionamento com Clientes:				
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(107.476)	145.861
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(29.299)	55.459
Outros Clientes	10	105.527	(98.492)	7.035
Total	1.020.008	(624.755)	395.253	990.646

(1) Para o exercício de 2024 e 2023 não houve evidências de impairment.

11. Outros Passivos Financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto	Residual	Bruto	Residual
Cretores - Conta Liquidações Pendentes	180.407	126.569	180.407	126.569
Total	180.407	126.569	180.407	126.569
Circulante	180.407	126.569	180.407	126.569

12. Outros Passivos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto	Residual	Bruto	Residual
Provisão para Pagamentos a Efetuar	20.255	19.656	20.255	19.656
Despesas de Pessoal	7.466	10.218	7.466	10.218
Despesas Administrativas	1.675	1.340	1.675	1.340
Outros Pagamentos Sociais e Estatutárias	4.505	3.670	4.505	3.670
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	8.247	7.533	8.247	7.533
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	14.075	10.148	14.075	10.148
Cretores Diversos - País	4.505	4.825	4.505	4.825
Total	60.728	57.390	60.728	57.390
Circulante	47.845	42.506	47.845	42.506
Não-Circulante	12.883	14.884	12.883	14.884

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2024			01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.533	9.584	563	3.974	7.294	821
Constituição Líquida de Reversão (1)	332	185	153	(3.607)	1.732	(259)
Atualização Monetária	80	601	-	79	491	2
Baixas por Pagamentos	(1)	(361)	-	(2)	(213)	-
Outros (2)/(3)	303	3.350	-	7.089	280	-
Saldo Final	8.247	13.359	716	7.533	9.584	564
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	389	-	-	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Trata-se de acordo entre S3 Caceis e o Banco Santander.

(3) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos com risco provável, fiscais e previdenciários, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o montante envolvido é de R\$4.081 - (31/12/2023 - R\$3.882).

Desmutualização de Ações - R\$480 (31/12/2023 - R\$465), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação natureza fiscal, cível e trabalhista de perda possível, totalizaram em R\$330.841 em 31 de dezembro de 2024, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2.537.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Em milhares de Reais			Reais por Ação Ordinária		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	76.000	11.400	64.600	43,68	-	37,13
Juros sobre o Capital Próprio (2)	81.500	12.225	69.275	46,84	-	39,81
Dividendos (2)	10.000	-	10.000	5,75	-	5,75
Total	157.500	23.625	133.875			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, pagos no dia 27 de dezembro 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 24 de dezembro de 2024, pagos no dia 26 de dezembro 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 30 de Abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2024, em até R\$ 18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo

A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	Bruto	Residual	Bruto	Residual
Remuneração Fixa	5.164	4.694	5.164	4.694
Remuneração Variável - em espécie	1.683	1.462	1.683	1.462
Remuneração Variável - em ações	1.607	1.415	1.607	1.415
Outras	316	328	316	328
Total dos Benefícios de Curto Prazo	8.770	7.899	8.770	7.899
Remuneração Variável - em espécie	1.385	1.228	1.385	1.228
Remuneração Variável - em ações	1.329	1.175	1.329	1.175
Total dos Benefícios de Longo Prazo	2.714	2.403	2.714	2.403

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.575 (31/12/2023 - R\$1.432).

iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Disponibilidades	1.450	2.863	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	1.450	2.863	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	224.600	218.348	23.336	65.541
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	224.600	218.348	23.336	65.541
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	15.478	15.655	25.576	40.063
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	15.478	15.655	25.576	40.044
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	-	19
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(921)	(2.309)	(6.3	